

A agricultura e a formação do Brasil



José Botafogo Gonçalves
Embaixador.

Introdução

A profundidade da crise econômica brasileira nos dias que correm tem provocado comentários sobre o retrocesso qualitativo das atividades produtivas nacionais. No plano interno, a recessão provoca desemprego, agrava as desigualdades sociais, deteriora a qualidade dos serviços de saúde e educação, além de afetar a segurança urbana. A participação da indústria na formação do PIB se reduz dramaticamente. Em consequência, a atividade econômica se “primariza”, afastando o Brasil da rota de desenvolvimento.

Confesso que tenho dificuldades com esta última afirmação, na medida em que ela sugere que as atividades ligadas à agricultura e à mineração carecem de dinamismo, sofisticação, agregação de valor, produtividade; todas elas qualidades que só se desenvolvem no seio

de economias industrializadas e/ou tecnologicamente avançadas. Economistas do Norte e do Sul vêm, há décadas, desenvolvendo teorias e modelos que refletem acentuado preconceito contra as atividades ligadas à extração, à transformação e ao uso de recursos de origem mineral, vegetal ou animal. Na década de 1960, a famosa deterioração dos termos de intercâmbio virou artigo de fé dos desenvolvimentistas. Posteriormente, a literatura econômica incorporou o conceito de “maldição dos recursos naturais” – em particular, o petróleo – para explicar a má performance de certos países muito dependentes de matérias-primas. A economia invadiu a patologia, identificando a doença holandesa como causa do baixo crescimento econômico. Exportar *commodities* ou exportar matérias-primas passou a ser visto como um mal necessário, tolerado apenas na medida em que era um gerador de receitas em moeda forte. Fora da economia, as atividades minerais e agrícolas são vistas como as grandes vilãs do mundo moderno. Para os ambientalistas, o diabo agroalimentar não veste Prada, mas põe a nu o aumento do buraco na camada de ozônio, provoca a emissão excessiva de gases de efeito estufa, formam chuvas ácidas, poluem rios e lagos e elevam o nível dos oceanos.

No campo da gastronomia, o bom cheiro de carne assada não compensa a emissão de gases pútridos produzidos nos intestinos de bois e vacas.

Toda essa literatura catastrófica é disseminada em livros de origem vegetal, em aparelho de teledifusão, em que o *hardware* é de origem mineral e o *software* é produzido por cérebros privilegiados, que alcançaram maior produção de neurônios, por meio de dietas de alto conteúdo proteico, quase todas elas produzidas e distribuídas aos mais longínquos recantos da Terra pela eficiente cadeia de comercialização da agroindústria mundial.

A palestra que ora profiro neste Conselho não almeja solucionar tais controvérsias, pois a mim faltam para tanto engenho e arte.

Procurarei apenas chamar a atenção para o papel que agricultores desenvolveram no Brasil, da colônia à independência, e o papel que desempenham hoje, no interior das posturas políticas nacionais, e que poderão desempenhar num futuro próximo, no plano internacional, sozinhos ou associados a seus vizinhos no Cone Sul.

Creio existir certo consenso entre os historiadores portugueses e brasileiros de que os reis de Portugal suspeitavam ou já sabiam da existência de uma massa territorial a oeste do Oceano Atlântico, no hemisfério sul, na direção das Índias. A escolha de Pedro Álvares Cabral como chefe da expedição marítima de 1500 parece indicar que um dos objetivos da missão seria tomar formalmente posse, em nome da Coroa portuguesa, de um território continental que caberia por decisão papal à monarquia lusa, ainda que dentro dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.

Também é sabido que o Reino de Portugal tinha dois objetivos estratégicos na sua política de expansão marítima extraeuropeia: de um lado, abastecer-se de todas as matérias-primas de valor comercial de origem asiática e africana, como especiarias e metais preciosos. No caso do Novo Mundo, rumores trazidos pelos primeiros navegadores falavam de um continente rico em ouro, capaz de justificar todos os gastos com a navegação e a ocupação de novo território. Nesta corrida pelo ouro, os fados favoreceram à Espanha e decepcionaram Portugal. Na costa do Atlântico Sul, o único bem comerciável que cobria com lucros os investimentos da conquista territorial era a árvore, logo chamada de pau-brasil, pela coloração vermelha da sua casca. A extração do pau-brasil foi a primeira atividade agrícola no

país, embora de caráter puramente extrativo. Não obstante, seu efeito sobre a ocupação do território colonial foi importante, por duas razões: a primeira dizia respeito à necessidade de fazer alianças com tribos indígenas locais, como fornecedoras de mão de obra destinadas a abater, cortar e embarcar as toras de madeira. A segunda razão dizia respeito à natureza complexa da aliança com as tribos amigas, visto que era necessário dar caráter militar a essa aliança, a fim de combater as tribos hostis que se aliavam aos piratas franceses, holandeses e ingleses que frequentavam a costa brasileira com os mesmos objetivos de extração de pau-brasil. A escassez de mão de obra portuguesa, a necessidade de escorraçar os rivais europeus e a ausência de metais preciosos na costa provocaram o movimento de interiorização da colonização portuguesa. A aliança com os índios deu origem ao peculiar fenômeno étnico brasileiro da miscigenação racial, seja com o índio, seja, mais tarde, com o negro, culminando nos séculos XIX e XX com a imigração europeia, sírio-libanesa e japonesa.

A importância econômica do pau-brasil no comércio exterior brasileiro durou poucas décadas, mas deixou raízes no modelo étnico-geográfico que vai caracterizar a ocupação territorial do Brasil para muito além do meridiano de Tordesilhas.

A primeira grande experiência agrícola brasileira começa com a plantação de cana-de-açúcar e a exportação dos pães de açúcar para a Europa. O ciclo do açúcar já foi amplamente discutido por importantes historiadores brasileiros.

Chamo a atenção, porém, para um aspecto pouco salientado na história da cana-de-açúcar e de grande atualidade nos dias de hoje. A produção de cana é o primeiro exemplo de cadeia global de valor ocorrido no hemisfério ocidental, onde a internacionalização dos elos de produção

garantiu a competitividade do produto final no mercado europeu. Com efeito, a planta chegou dos Açores (embora de origem indiana, a terra ideal era o massapê da costa do Nordeste, e a mão de obra escrava era de origem tupi e, posteriormente, africana). Este padrão de cadeia global de valor vai se repetir em vários outros produtos no universo agropecuário brasileiro, sobretudo, nos séculos XIX e XX. Bovinos, suínos, caprinos, galináceos vieram de outros continentes.

No fim do século XX, a vertiginosa expansão da soja no território agrícola brasileiro gerou, da parte de uma série de movimentos retrógado-esquerdistas, o mito de que o Brasil estava caminhando para a monocultura latifundiária, política dominada pelos interesses econômicos e financeiros das grandes *tradings* multinacionais, em detrimento da agricultura familiar e diversificada, responsável pela segurança alimentar interna. Antes da soja, o Brasil já tinha sido acusado de monocultor do café e da cana-de-açúcar. Como em toda mitologia, constrói-se uma narrativa aparentemente coesa, baseada em preconceitos culturais e em política apoiada em pedaços da realidade visual.

Nada mais falso. Desde o século XVI, a agricultura brasileira, impulsionada por colheitas de exportação, soube responder à demanda interna graças à diversificação da oferta de alimentos vegetais e animais, alguns já utilizados pelas tribos indígenas; porém, a maioria trazida da Europa e da Ásia pela mão dos invasores portugueses.

Para não me estender muito neste aspecto, sugiro aos caros conselheiros que leiam os capítulos: 9 – “Os Homens do Caminho”; 10 – “Entre as Cidades e os Sertões” e 11 – “Companheiros do Dia a Dia”, do volume 1 de *Histórias da Gente Brasileira*, de nossa querida conselheira Mary del Priore.

Ali, todos os leitores poderão apreciar e saborear a surpreendente variedade da produção agropecuária brasileira nos tempos da colônia. Ao longo dos séculos XIX e XX, tal fenômeno não só prosseguiria como ganhou velocidade, expandiu-se por áreas antes desocupadas e, hoje, é fonte de inspiração dos modernos chefes de cozinha de todo o mundo, atrás do valor comercial da chamada gastronomia *fusion*.

Merece atenção especial a história da pecuária bovina. Ela foi importante no movimento rumo oeste da colonização portuguesa a partir da costa nordeste, apoiando “alimentarmente” as populações portuguesas ou os mamelucos que viviam ao longo da bacia de São Francisco, culminando com o abastecimento alimentar de massa populacional concentrada na extração de ouro e diamante nas Minas Gerais.

O monopólio do comércio pela Coroa portuguesa não impediu que a carne seca, que matava a fome do escravo minerador, tivesse origem no Pampa argentino, por meio do mais eficiente modal de transporte da época, que era o lombo do burro, via o *hub* atacadista de Sorocaba. Nos séculos XVII e XVIII, eram frequentes e sangrentos os conflitos no Cone Sul, entre Espanha e Portugal. Não obstante, boa parte da prosperidade da região de Buenos Aires estava garantida pelo fornecimento de charque para os mercados externos, assim como pela venda de couros salgados.

Ao longo dos séculos, a população bovina cresceu em paralelo ao crescimento da população humana, embora do ponto de vista econômico o chamado desfrute – hoje, diríamos produtividade do rebanho bovino – era muito baixo.

A mim causa surpresa que, em torno da década de 1940, quando o Brasil começava a sua industrialização e as classes produtoras se alinhavam ao Estado Novo para desenvolver uma economia

industrial fechada e protegida, pecuaristas do Triângulo Mineiro, mais precisamente em Uberaba, tenham obtido apoio do governo de Getúlio Vargas para importar gado zebu e nelore da Índia, a fim de melhorar a produtividade do rebanho nacional. Eis aqui mais um exemplo de cadeia global de valor. Todos sabemos que em uma cadeia de valor existem elos de *hardware* e elos de *software*.

No caso de cadeia bovina, o *software* é representado pela importação de sêmen, cujo papel pode ser comparado a “avionics” incorporado num avião da Embraer.

Desde então, a pecuária bovina no Brasil não tem cessado de se modernizar. O Brasil é hoje um dos principais exportadores de carne do mundo. No mercado interno, a oferta de carne é abundante e variada. Nos supermercados, a oferta de cortes especiais de carne de diversas raças e mestiçagens atende aos consumidores mais sofisticados.

Vejam, agora, o exemplo do café, produto originário da Península Arábica. O café entrou no Brasil contrabandeado da Guiana Francesa e rumou em direção sul, encontrando no Vale do Paraíba seu terreno ideal de produção, colheita e exportação. Nenhum outro produto agrícola teve mais impacto na formação do Brasil moderno do que o café. A infraestrutura ferroviária implantada a partir do século XIX, financiada principalmente por capitais ingleses, estimulou a ocupação do planalto brasileiro até o cume da Serra da Mantiqueira, dando origem a uma cultura sofisticada em diversos planos artísticos, como escultura, pintura, arquitetura e literatura regionalista. No caso da música, a civilização cafeeira promoveu o desenvolvimento da variedade sertaneja em São Paulo, no Rio e em Minas, ainda hoje campeã de vendas de discos, CDs e DVDs.

As festas juninas marcavam a chegada da estação seca e fria, comemorada ao ar livre nos terreiros das fazendas. As comidas e bebidas eram uma grande maioria produzida a partir de matérias-primas da agricultura tropical, como a cana-de-açúcar, o milho, a mandioca e os animais de pequeno porte. A civilização rural brasileira se distanciava da extração mineral primitiva e grande consumidora de mão de obra e se desenvolvia em torno das fazendas de café, principais geradoras de riqueza monetária. A maior contribuição do café na formação do Brasil não se deve à expansão de atividade agrícola, mas à industrialização do Brasil. Foi o comércio exportador de café que deu ao Brasil os recursos financeiros necessários para modificar o modelo agrícola de produção, trazendo a indústria como a solução do problema de desenvolvimento. Os capitalistas de São Paulo, estimulados pela decadência do café no Vale do Paraíba fluminense, souberam lançar as bases do novo modelo industrial, cuja espetacular expansão levou o país a ser a sétima economia industrial do mundo em fins do século XX.

Faço uma pausa na minha exposição sobre o café e peço licença para fazer aos eminentes economistas deste conselho a seguinte pergunta: a famosa maldição dos recursos naturais – agrícolas ou minerais – que tem levado muitos países a crises econômicas e políticas (tipo Venezuela) é aplicável ao Brasil? Se olharmos para o ciclo do ouro, a resposta parece positiva, porque boa parte dos recursos gerados pela exportação dos metais preciosos foi parar no Norte de Europa, só deixando buracos no país. Já ouvi argumentos no sentido oposto. O ouro exportado para Portugal era apenas uma fração do ouro extraído em Minas. Boa parte do metal fugia do controle real e financiava o desenvolvimento do interior do país, ainda que de forma ilegal. Alguns dizem que a economia do “caixa dois” data de alguns séculos atrás. Deixando do lado o ouro, para onde foram os recursos gerados pela exportação de algodão, de cacau, de tabaco,

de grãos em geral, de bananas e, mais recentemente, de soja e de carnes? O Brasil sempre esteve imune à doença holandesa? Fica a pergunta para ser respondida oportunamente.

Volto agora ao café. A sua geografia de produção nos traz uma ligação interessante. Exaurido o terreno fluminense, o café migrou para a terra roxa paulista e desceu o Paraná, onde parou por causa da geada. O café circulou pelo Centro-Oeste, onde a soja acabou predominando. Aos cafeicultores, só resta uma alternativa: conformar-se com a realidade agrônomo-climática e substituir a cultura da quantidade pela cultura da qualidade, fenômeno que, felizmente, vem se acelerando, para benefício de todos os consumidores, brasileiros ou estrangeiros.

Neste concurso de beleza de *Miss Recursos Naturais*, a candidata mais bonita e *sexy* é uma das últimas a chegar, ou seja, a soja. Ignorada pelos brasileiros até a década de 1960, a soja asiática entrou discretamente na comunidade nissei de São Paulo e em poucas décadas conquistou os corações dos paulistas, paranaenses, mineiros, mato-grossenses, goianos, baianos e piauienses. Ela desfila nas passarelas vestida de proteína vegetal ou transformada em proteína animal, quando o público espectador vem de classes econômicas mais elevadas.

Nos dias atuais, a soja, junto com o minério de ferro, é o produto que salva o Brasil da debacle provocada parte pela ameaça de recessão mundial e parte pela catastrófica administração da economia nacional pelo lulopetismo dos últimos seis anos.

Mais importante do que a receita em moeda forte trazida pela soja nos últimos decênios, parece-me ser o fluxo migratório de gaúchos e paranaenses na direção dos dois estados Mato Grosso e no sudeste do Pará, Tocantins, oeste da Bahia e sudoeste do Maranhão e Piauí. O Brasil do Tratado de Santo Ildefonso torna-se uma realidade econômica,

ao final do século XX. Estamos assistindo ao desenvolvimento de um novo Brasil, onde a sofisticação tecnológica da produção rural – cada vez mais intensiva e cada vez menos extensiva – só se viabiliza com centros urbanos modernos, em que a qualidade dos serviços públicos e privados tem de ser muito superior à média nacional, a fim de atrair novos moradores, recrutados entre o pessoal de nível superior, formado nas universidades dos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro. Acho que ainda é cedo para avaliar o impacto desses novos núcleos urbanos na vida da federação brasileira. No plano externo, basta lembrar que esses brasileiros do Sul estão transformando a agricultura paraguaia e a atividade frigorífica na Argentina e no Uruguai.

Tal como a gata borralheira que, por intervenção externa, vê seus andrajos transformados em rica vestimenta e sapatos de cristal, a soja que hoje circula no Brasil e no mercado beneficiou-se de numerosas intervenções tecnológicas que a adaptaram à realidade climática brasileira.

Como se não bastasse, hoje produzimos soja transgênica, desenvolvida nos laboratórios da Monsanto, plantada na Argentina e contrabandeada para o Brasil, enquanto os “verdes” brasileiros e europeus nos alertavam das catastróficas consequências do consumo deste novo produto.

Mas a diáspora da soja não parou no Noroeste brasileiro. O seu escoamento para os mercados externos se dá, em volumes crescentes, através dos principais rios da Bacia Amazônica, em direção ao Pará, de onde, via o novo Canal do Panamá, chega a preços competitivos nos longínquos mercados asiáticos. Pedro Teixeira está rolando de satisfação no seu túmulo, pois finalmente a sua expedição amazônica, no século XVII, transmutou seu *uti possidetis* jurídico numa realidade político-econômica *de facto*, realizada por gente de verdade, originária de vastas regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiro.

O crescimento importante do Arco Norte, como nova saída da produção brasileira para o Atlântico, baseada no modal de transporte mais eficiente e menos poluente do mundo, que é o modal hidroviário, impõe-nos a necessidade de formular, ou de reformular, conceitos simplistas sobre a integração infraestrutural entre o Brasil e seus vizinhos da costa pacífica.

Todos nós acariciamos o sonho de interligar a Amazônia brasileira com a costa do Pacífico mediante a implantação de rodovias e ferrovias que cruzem o altiplano andino e cheguem aos portos do Peru. São esses empreendimentos viáveis do ponto de vista do seu retorno econômico? Se são projetos políticos, qual o benefício para o Brasil de sua execução? Nós, brasileiros, não estamos acostumados a pensar o nosso país no contexto de suas relações com os vizinhos sul-americanos. Tradicionalmente, a política e a academia brasileira reagem à problemática imposta pela presença predominante no nosso país seja do império norte-americano, seja pela presença cultural e econômica da Europa Ocidental. Mesmo o Japão, que alterou profundamente a nossa relação humana e comercial com a Ásia, é visto mais como uma peculiaridade da política migratória brasileira do início do século XX, do que um elemento constitutivo e importante da formação miscigenada da nacionalidade brasileira, padrão étnico que já chamava atenção de José Bonifácio no início do século XIX.

Voltando ao tema da ocupação humana do território político brasileiro, pergunto aos colegas conselheiros historiadores, sociólogos, antropólogos, se existem estudos sobre a peculiaridade dos movimentos migratórios ocorridos no Brasil, seja de origem externa, seja já dentro do território brasileiro, que parecem indicar um fluxo circular com movimentos leste e oeste, seguidos de movimentos norte-sul, acompanhados por fluxos leste-oeste e mais, recentemente, por movimentos de agricultores sul-sudeste, sul-centro-oeste,

seguidos de algum retorno sudeste-nordeste. Será que esse turbilhão humano pluriaxial tem algum efeito na consolidação da nacionalidade brasileira, diferente da de seus vizinhos sul-americanos?

Creio poder afirmar sem muito erro que a atividade agrícola nacional tem muita responsabilidade na gênese dessas migrações circulares.

Vou abordar em seguida outro elemento da chamada primarização da economia brasileira, tema tão caro a muitos dos ilustres economistas brasileiros. Refiro-me à classificação esquemática entre setor agrícola e setor industrial. No século XXI, a estaqueidade desses setores perde cada vez mais sentido. Vejamos o caso da indústria de papel e celulose, setor produtivo em que o Brasil é um dos líderes mundiais. A matéria-prima é árvore quase toda originária de floresta plantada.

Aproveita-se com frequência terrenos em áreas degradadas nos quais o uso alternativo para a produção de grãos ou pastagens não seja competitivo. A floresta plantada também pode ser matéria-prima ambientalmente sustentável para a produção de carvão vegetal usado na siderurgia.

Se a área plantada superar a área desmatada, o balanço da retenção de carbono torna-se positivo. Contra toda lógica, ambientalistas, movimentos populares de esquerda e órgãos de imprensa propalam a lenda dos malefícios das plantações de eucaliptos, chamadas de “deserto verde”.

Os benefícios ecológicos da celulose se revelam já no seu descarte, visto que o lixo de papel e papelão é biodegradável, ao contrário do plástico, hoje grande predador dos peixes de mar e de rio.

A propósito, é no campo da piscicultura que identificamos outra área de forte preconceito. A despeito de possuir mais de sete mil

quilômetros de costa atlântica, os mares do Brasil são pouco piscosos, dada a temperatura média da água do Atlântico Sul. O peixe, tão saudável na dieta alimentar e tão ecologicamente limpo, sempre ocupou uma parcela marginal e cara da dieta dos brasileiros. Hoje, com a ocupação do interior do país e com política de preservação de espécies marítimas, como lagostas e camarões, a demanda e a produção via piscicultura de peixes de rios e lagos, inclusive os formados pelas barragens de hidroelétricas, constituem uma alternativa alimentar e um mercado crescente para as populações ribeirinhas.

Não vou mencionar o preconceito sobre as barragens de hidroelétricas, senão esta palestra não terminará nunca.

Um aspecto pouco lembrado da modernização da atividade agropecuária nas últimas décadas diz respeito às políticas de intervenção governamental na produção do campo e na sua posterior comercialização. Faz parte da história econômica do Brasil o intervencionismo estatal na comercialização do café após o *crack* de 1929, do qual o exemplo mais espetacular é o de usar os estoques invendíveis da rubiácea nas caldeiras das locomotivas, buscando assim reduzir a pressão de baixa do preço do principal produto de exportação. A intervenção estatal não se limitou ao café. A borracha, o cacau, a cana-de-açúcar, além do café, tinham sua produção e comercialização reguladas por instituições estatais, cujos métodos, ora de subsídios, ora de taxações, pretendiam “organizar” os mercados interno e externo, quase sempre em benefício dos proprietários de terras e de pouco ganho para a massa de trabalhadores rurais. Vultosos recursos públicos eram gastos de maneira pouco eficiente, sem falar nos estímulos dissimulados que o intervencionismo estatal concede à corrupção de seus agentes.

Mensalão e Petrolão têm antepassados distantes. As crises fiscais recorrentes na história do orçamento público brasileiro levaram ao

abandono do intervencionismo estatal na agricultura. O Instituto Brasileiro do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool e congêneres na área do cacau e da borracha foram extintos. A Junta Nacional do Trigo deixa de deter o monopólio na importação do cereal. A Carteira de Comércio Exterior – Cacex foi extinta. O Mercosul promoveu, não sem pena, a liberalização regional do comércio de cereais, frutas, lácteos e vinhos. Como por milagre, as crises de abastecimento de alimentos no mercado interno brasileiro cessaram. O pão, fosse ele assado com farinha argentina, americana ou canadense, passou a ser o símbolo da moeda estável chamada real. O frango tornou-se a proteína animal mais barata do mundo. A maçã catarinense superou em qualidade a argentina. Os vinhos chilenos e argentinos transformaram a indústria vinícola gaúcha, que se viu obrigada a investir na qualidade para deixar de perder na quantidade.

A indústria queijeira de Minas Gerais absorveu com sucesso as tecnologias estrangeiras para produzir grana padano, parmesão, gorgonzola, *brie*, *gouda*, *roquefort*, caprinos, sem falar na elevação de qualidade dos tradicionais queijos de minas frescos ou curados, nas variedades do Serro e da Serra da Canastra. As mozzarelas não estão apenas no nosso café da manhã. Elas são os ingredientes básicos que sustentam toda a produção nacional de *pizzas*, que fazem do Brasil um dos maiores produtores dessa iguaria popular no mundo. Já pensaram no efeito gerador de emprego que a indústria da *pizza* tem entre a juventude pouco instruída da periferia dos grandes centros urbanos, onde milhares ganham seu sustento como entregadores de *pizza*, em vez de estarem a serviço dos traficantes de drogas? Já pensaram que, no fundo, é bom que aqui no Brasil tudo “termine em *pizza*”?

Todo esse espetacular progresso do agronegócio brasileiro ocorreu sem invencionices retórico-populistas, como nacionalização das

cadeias produtivas, exigência de conteúdo local, apoio financeiro a campeões nacionais, subsídio ao zebu ou ao nelore, gado do terceiro mundo, não extensível ao Jersey e aos angus, gado imperialista do primeiro mundo!

O financiamento da produção se dá principalmente por intermédio de milhares de gerentes locais de agências do Banco do Brasil, os quais conhecem pessoalmente o mutuário, sua família e sua fazenda, e não por meio de burocratas economistas formados em universidades urbanas, embora sejam frequentadores privilegiados de hotéis-fazenda de luxo no eixo Rio-São Paulo.

Não estou fazendo propaganda neoliberal. Estou apenas exemplificando que o Estado na agroindústria reservou-se ser o agente insubstituível em dois fatores fundamentais, quais sejam: a incorporação de ciência e tecnologia, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e das instituições de extensão rural e do financiamento na base da pirâmide produtiva. No campo dos insumos agrícolas, prevalece a internacionalização da cadeia, seja nos aspectos científicos, seja na comercialização internacional.

Concluo esta parte da minha apresentação sugerindo ao querido presidente deste Conselho que encomende aos numerosos e brilhantes economistas aqui presentes que nos falem com mais frequência da dinâmica realidade da agroindústria brasileira.

Volto ao tema do paralelo entre indústria e agricultura. Cada vez mais, a cadeia de valor de produção agropecuária, piscicultura inclusive, assemelha-se à cadeia de valor da produtividade industrial. Extraída a matéria-prima do campo, os elos sucessivos da cadeia produtiva tanto mais se valorizam quanto mais longo e elaborado for o processo

de transformação industrial aplicado ao longo daquela cadeia. O couro de boi tanto faz um tambor como uma bolsa Louis Vuitton. A palma produz o dendê da peixada ou o óleo lubrificante de foguetes interplanetários. O cafezinho que você toma às pressas no “pé-sujo” perto de casa se converte no Starbucks elegante, consumido em caríssimos locais na Quinta Avenida.

A despeito de tantas semelhanças, há uma diferença fundamental entre indústria e agricultura. Na primeira, os fatores produtivos podem ser localizados praticamente em qualquer lugar do globo. Pode-se produzir computadores, telefones, aviões, no Norte desenvolvido ou no Sul subdesenvolvido. Já o grão, o boi, a celulose, as frutas e legumes, tudo o que mate a fome de uma crescente população urbana mundial, só são produzidos onde há terra, água e sol.

O Brasil e os seus vizinhos do Cone Sul possuem esses três elementos em abundância.

Resta responder a uma última pergunta: por que nós, brasileiros, não nos orgulhamos de nossa agricultura tão florescente e eficiente e só vibramos civicamente com a ideia de sermos a sétima potência industrial do mundo?

Tenho duas respostas, cronologicamente sequenciais:

A primeira diz respeito, desde o século XVI, ao fator trabalho adotado pelos portugueses na sua colônia além-mar. Refiro-me ao trabalho escravo, eixo central da vida produtiva, e que para nossa vergonha durou até o fim do século XIX. O Brasil foi construído, literalmente falando, pelas mãos dos escravos.

Trabalhar com as mãos não era “coisa para branco”. Ainda hoje, as elites brasileiras manifestam preconceito em relação aos trabalhos manuais.

O lado positivo é que a ascensão da classe trabalhadora do nível D e E para o nível C e B se dá através da formação de uma nova geração de artífices, como pedreiros, carpinteiros, serralheiros, mestre de obras, bombeiros, tratoristas, boa parte já com o nível médio educacional concluído ou por concluir.

A segunda resposta decorre ou ainda prevalece da distorcida visão cultural que persistiu, até há pouco tempo, no seio de nossas elites de que a civilização e o clima tropical eram inimigos natos. Ser civilizado é copiar o modo de viver, gastar, beber, comer dos franceses de Paris ou dos ingleses de Londres. Usar gravata é sinal de seriedade e profissionalismo, embora este acessório tenha sido introduzido em Paris pela baixa soldadesca croata que circulou pela capital francesa em meados do século XIX. Não dá para ser civilizado em temperaturas acima de 30° Celsius, comer arroz com feijão, mandioca e carne de porco, lambuzar-se na manga ou na jaca e tomar cachaça.

O Brasil está construindo com grande esforço uma agricultura tropical civilizada, vivemos no “Patropi abençoado por Deus”. O maior preconceito industrial-nacionalista é ignorar que a cadeia produtiva eficiente, em que insumos importados se agregam a insumos nacionais, é praticada no Brasil pela moderna agricultura tropical.

A agricultura sempre ajudou a construir o Brasil moderno e, creio, servirá de exemplo para a recuperação da cambaleante e pouco produtiva indústria nacional.

Muito Obrigado.

Palestra pronunciada em 19 de julho de 2016